



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

**Fundação Oswaldo Cruz**



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE  
JOAQUIM VENÂNCIO

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**  
**ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO**  
**LABORATÓRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE**

Fábio Mathias da Silva Júnior

A CRISE NO MUNDO DO TRABALHO PÓS-1990 : Uma consequência neoliberal

Rio de Janeiro

2011

Fábio Mathias da Silva

A CRISE NO MUNDO DO TRABALHO PÓS-1990 : Uma consequência neoliberal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Saúde Joaquim Venâncio como  
requisito parcial para aprovação no curso  
técnico de nível médio em saúde com  
habilitação em Vigilância em Saúde

Orientador: José Victor Luiz Regadas

Rio de Janeiro

2011



Fábio Mathias da Silva Júnior

A CRISE NO MUNDO DO TRABALHO PÓS-1990 : Uma consequência neoliberal

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Saúde Joaquim Venâncio como  
requisito parcial para aprovação no curso  
técnico de nível médio em saúde com  
habilitação em Vigilância em Saúde

Aprovado em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

José Victor Luiz Regadas – Laboratório de formação geral/Escola Politécnica de saúde Joaquim  
Venâncio/Fiocruz

---

José Roberto Franco Reis – Laboratório de formação geral/Escola Politécnica de saúde Joaquim  
Venâncio/Fiocruz

---

Paulo Henrique Andrade Barbosa – Laboratório de formação geral/Escola Politécnica de saúde Joaquim  
Venâncio/Fiocruz

*Dedico este trabalho  
À todos os trabalhadores que convivem com os  
efeitos das reformas neoliberais.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, que deu me capacidade, força e saúde para produzir este Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço à minha família por me incentivar cada dia de minha vida nessa longa caminhada até aqui, sempre me dizendo palavras de motivação e inspiração, como : “é bom você passar de ano em moleque! Ai de você se não passar!”

Agradeço ao meu orientador por ser paciente e ter dedicado seu tempo à me ajudar sempre que eu precisei. Agradeço também a banca que estará avaliando este trabalho, pois também dedicaram seu tempo a este trabalho.

Por fim, e não mais importante, agradeço e muito à turma de VISAU 2009-2011, aliás ao Bando de Lindos. Obrigado por me aturarem todos esse anos, sei que não foi fácil. Aprendi muito com vocês, e principalmente, aprendi à dar valor as coisas simples da vida. Espero que nada no mundo acabe com nossa amizade.

Já ia me esquecendo de agradecer ao Rafinha Bastos, por ter me ensinado como perder 2 empregos de uma vez só, afinal esta monografia fala sobre desemprego.

E também, não poderia esquecer de agradecer aos excelentíssimos ex-presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique, já que se eles não se elegessem, talvez essa monografia jamais fosse escrita.

*“Essa é a dança do desempregado  
Quem ainda não dançou tá na hora de aprender  
A nova dança do desempregado  
Amanhã o dançarino pode ser você”  
(Gabriel, o pensador)*

## RESUMO

Aborda o Neoliberalismo e suas reformas econômicas no mundo e no Brasil, focando na questão das conseqüências para o mundo do trabalho a partir dessas reformas, como desemprego, flexibilização da mão-de-obra trabalhadora, precarização das relações de trabalho e crise na atuação dos sindicatos brasileiros e defesa dos trabalhadores. Destaca a região do ABC paulista como principal alvo de reformas neoliberais na área industrial, e conseqüentemente, a atuação dos sindicatos neste lugar. Ressalta a importância dos Institutos Liberais para difusão das principais idéias neoliberais.

Palavras-Chave: Neoliberalismo. Desemprego. Precarização das relações trabalhistas.

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>10</b> |
| 1.1 O neoliberalismo e o desemprego.....   | 10        |
| 1.2.1 O Que é neoliberalismo?.....   | 10        |
| 1.3 O Que é desemprego?.....   | 13        |
| <b>2 O NEOLIBERALISMO CHEGA AO BRASIL.....</b>                                       | <b>15</b> |
| 2.1 Os Institutos Liberais.....  | 15        |
| 2.2 O Consenso de Washington.....  | 19        |
| <b>3 A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E SEUS EFEITOS NO<br/>BRASIL.....</b>  | <b>22</b> |
| 3.1 Desemprego, precarização das relações de trabalho e a crise dos sindicatos ..... | 25        |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>   | <b>34</b> |
| <b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>   | <b>35</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 O Neoliberalismo e o desemprego

“Vivemos num mundo de extremos, cada vez mais distantes.”(POCHMANN,2004)

A partir de meados da década de 1970, início da década de 80, o Neoliberalismo foi visto como a grande solução da crise do Estado Keynesiano e dos países subdesenvolvidos, que assolavam-se em enormes dividas externas. E foi no período de 1973 a 1998 que a America Latina sofreu sua pior queda na proporção entre a renda *per capita* mundial e sua própria renda *per capita*, coincidência ou não, foi na mesma época em que os governos latino-americanos abriram mão das políticas voltadas ao mercado interno e optaram pela política de abertura incondicional(POCHMANN,2004).

Na década de 1990, o processo de globalização, gerado pelas reformas neoliberais era considerado o inicio de um novo tempo da sociedade mundial, já que as novas tecnologias e os ganhos em produtividade, eram vistos como fatores determinantes para redução das desigualdades sociais. Mas suas conseqüências são de pura desigualdade, como relata Pochmann(2004):

“Enquanto os 28 países com melhor índice de exclusão social(IES) possuem 14,4% da população mundial e participam com 52,1% da renda gerada atualmente; os 60 países com pior IES detêm 35,5% da população mundial e se apropriam de apenas 11,1% da renda gerada atualmente” .

O desemprego, certamente, foi uma das conseqüências das reformas neoliberais, no qual Pochmann(2001) relata que em 1999, segundo a Organização Internacional do trabalho, 1 em cada 3 trabalhadores encontravam-se na situação de desemprego ou exercendo atividades de sobrevivência .

#### 1.2.1 O que é Neoliberalismo?

Segundo David Harvey, o neoliberalismo é “uma teoria de práticas político econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio.” Harvey ainda diz que “as intervenções do Estado nos mercados devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com essa teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do

mercado(preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado em seu próprio benefício”.

Assim para que as políticas neoliberais pudessem ser defendidas e implantadas, foram criadas instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional(FMI), o Banco Mundial(BM) e a Organização Mundial do Comércio(OMC), que regulam as finanças e o comércio globais. Segundo Michel Chossudovsky, em seu livro “A Globalização da Pobreza”, o FMI, o BM e a OMC “são estruturas administrativas , são órgãos reguladores operando dentro de um sistema capitalista e respondendo a interesses econômicos e financeiros dominantes.” Chossudovsky também fala que no Terceiro Mundo e no leste europeu os Bancos centrais estão cada vez mais sob a tutela dos credores do Estado, visto que eles são regulados pelo FMI, segundo os interesses do Clube de Paris e de Londres. Ele também ressalta que na prática “o Banco Central opera como uma burocracia autônoma, porém sob a tutela dos interesses das instituições financeiras e bancária privadas”, como FMI.

#### 1.2.2 O Processo histórico-político da teoria neoliberal

.O século XX certamente ficou marcado por mudanças político-econômicas que causaram conseqüências em todo o mundo. E foi no período entre as décadas de 1970-80 que aconteceu uma mudança brusca no contexto sócio-econômico do mundo, com a implantação, primeiramente no Chile, depois nos Estados Unidos(EUA) e na Inglaterra, do Neoliberalismo. Essa teoria econômico-política tem por características principais a mínima intervenção do Estado na economia, de forma que abrisse espaço para os investimentos privados, como a privatização de empresas estatais, que fora amplamente explorado nesse período. Além dessa característica, o Neoliberalismo propunha que o Estado fosse forte o bastante para quebrar o poder dos sindicatos e dos movimentos operários; garantir uma estabilidade monetária, contendo os gastos sociais; deixar que o próprio mercado se regulasse, criando assim uma desregulação do mercado. Em outras palavras, o Estado não tinha mais controle do fluxo financeiro.(CHAUI, 2008)

Antes de começar a apresentar o processo de inserção do Neoliberalismo no mundo capitalista , gostaria de falar sobre o contexto histórico em que esta teoria se originou. O Neoliberalismo é uma teoria econômico-política formulada por um grupo de economistas e cientistas políticos, cujo mentores eram o austríaco Hayek e o norte-americano Milton Friedman. Esse grupo reuniu-se na cidade de Mont-Saint Pélerin, na Suíça, desde 1947, e opunha-se ao Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), alegando que esse tipo de Estado limitava a liberdade do cidadão, impedindo a sua prosperidade.

A teoria neoliberal permaneceu marginal até a “crise fiscal do estado” nos anos 1970, no qual o Estado de Bem-Estar Social entrou num processo de dívida pública. Este fato, aliado ao processo de estagflação, isto é, baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação, abriu espaço para difusão da teoria neoliberal no mundo capitalista

O Chile foi o primeiro país a experimentar o Neoliberalismo, sendo ele implantado logo após o golpe de Augusto Pinochet contra o governo de Salvador Allende em 1973. Este golpe foi apoiado pelas elites de negócios chilenas, que se viam ameaçadas pela tendência socialista de Allende. O golpe também foi apoiado por corporações dos EUA, CIA e o secretário de Estado Henry Kissinger(HARVEY,2005).

No ano de 1975, depois do afastamento de Gustavo Leigh do poder, Pinochet levou um grupo de economistas, conhecidos como “The Chicago Boys”, para o governo com o objetivo de reestruturar a economia chilena. Esse grupo de economistas receberam esse nome por sua adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, professor da Universidade de Chicago. Feito isso, a primeira ação de Pinochet foi trabalhar em parceria com o FMI, negociando empréstimos, de acordo com as imposições feitas pelo próprio FMI. (HARVEY,2005)

Com o mercado de trabalho desregulado e os ativos públicos privatizados, o Chile rapidamente recuperou sua economia. Entretanto essa recuperação durou pouco tempo, já que em 1982 os países latino-americanos entraram em grande crise, devido à elevada dívida externa. Este fato, resultou em uma aplicação mais pragmática de políticas neoliberais nos anos seguintes.(HARVEY,2005)

Assim, em 1979, Paul Volcker tornou-se presidente do Banco Central dos Estados Unidos (FED), e “rapidamente mudou sua política monetária”, passando a lutar contra a inflação, mesmo que isso significasse uma aumento na taxa de desemprego. No mesmo ano, Margaret Thatcher foi eleita primeira-ministra da Grã-Bretanha, com “a tarefa de restringir o poder dos sindicatos e levar ao fim uma destruidora estagnação inflacionária que envolvera o país na década precedente”. No ano seguinte, em 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos, apoiando as decisões de Volcker no FED, com “políticas destinadas a restringir o poder do trabalho, desregular a indústria, a agricultura e os setores extrativistas, assim como liberar os poderes das finanças tanto internamente, como no cenário mundial”. Assim se deu o processo histórico-político da ascensão de uma nova doutrina político-econômico, o Neoliberalismo, termo que foi primeiramente usado por Volcker e Thatcher, que logo a transformaram na “diretriz central do pensamento e da administração econômicos.

### 1.3 O que é desemprego?

Segundo Pochmann(2001), o desemprego “corresponde aos trabalhadores que procuram ativamente por uma ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente e sem desenvolver qualquer atividade laboral”. Ele ainda completa: “O subemprego e outras formas de sobrevivência respondem pela parte menos visível do excedente de mão-de-obra porque envolvem os trabalhadores que fazem “bicos” para sobreviver e também procuram por trabalho”.

Vale ressaltar que há uma dificuldade em se medir os níveis de desemprego, já que devido às reformas neoliberais , houve uma flexibilização do mercado de trabalho, por meio de contratos parciais e atípicos de trabalho, como a terceirização da mão-de-obra(POCHMANN,2001)

Podemos dizer que o tipo de desemprego mais presente nos países de economia menos dinâmica, como o Brasil, é o desemprego estrutural, que tem caráter crônico, já que, geralmente, o trabalhador não consegue recuperar sua vaga no emprego que perdera. Este tipo de desemprego ocorre quando uma força de trabalho disponível não possui mais as competências que as organizações procuram. Por exemplo, quando uma empresa ou indústria investem em novas tecnologias, substituindo uma mão-de-obra de trabalhos manuais, fazendo com que o trabalhador fique obsoleto e tenha que procurar uma nova qualificação para adequar-se ao emprego. Um exemplo deste tipo de desemprego no Brasil é o fato de que, na década de 1990, os Bancos trocaram o trabalho de atendimento dos bancários por caixas eletrônicos, reduzindo os gastos dos bancos com mão-de-obra e aumentando o desemprego(SANTOS, 2008).

Já nos países de economia mais dinâmica, como Estados Unidos e Inglaterra, o tipo de desemprego que predomina é o desemprego conjuntural ou cíclico, em que há oferta de trabalho disponível aos salários em vigor, porem não há aproveitamento dessas vagas. Vale se ressaltar que nos países de economia mais avançada as desigualdades de acesso aos postos de trabalho não se revelam tão intensas quanto nos países de economia menos avançada(SANTOS, 2008).

Assim, meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se dividirá em dois capítulos, em que, de forma mais geral, traçarei a relação existente entre o aumento do desemprego e ascensão das reformas neoliberais, no Brasil, no período de 1980 a 2002, focando mais na

década de 1990. No primeiro capítulo estudarei a disseminação da teoria neoliberal no Brasil, cuja disseminação foi apoiada por diversas instituições, como o Instituto Liberal. No segundo capítulo, estabelecerei os efeitos da inserção do Brasil na Terceira Divisão Internacional do Trabalho, no que diz respeito ao impacto das reformas neoliberais no Brasil.

A fim de ilustrar meus argumentos e demonstrar a validade de minhas hipóteses, colhidas da análise teórica da relação entre as reformas neoliberais e o aumento do desemprego e da desigualdade social, pretendo apresentar e analisar dados estatísticos relativos ao mercado de trabalho no Brasil, provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e de outros sites que apresentem tais dados estatísticos, mas principalmente de livros.

Para entender melhor as conseqüências da inserção do Brasil na Terceira Divisão Internacional do Trabalho, utilizarei os autores Marcio Pochmann(2001 e 2004) e Adalberto Cardoso(2003), que fazem uma análise mais profunda do mercado de trabalho brasileiro, além de apresentarem dados estatísticos sobre tal assunto.

Para abordar o tema Neoliberalismo de maneira mais geral, farei uma análise bibliográfica de autores que discorrem sobre o assunto, como Michel Chossudovsky(1998) e David Harvey(2005), que em seus trabalhos apresentam as principais reformas neoliberais feitas no mundo capitalista, e suas principais conseqüências, tanto para os países ricos, quanto para os países pobres.

## 2. O NEOLIBERALISMO CHEGA AO BRASIL

Apesar da Constituição brasileira de 1988 ter um cunho social-democrata, o projeto neoliberal foi ganhando força, e através de emendas na constituição suas reformas foram implantadas. Sendo assim, podemos identificar dois atores que tiveram papel fundamental neste processo: os Institutos Liberais e o Consenso de Washington.

### 2.1 Os Institutos Liberais

Os Institutos Liberais são instituições criadas por empresários na década de 1980, com o objetivo de disseminar os princípios neoliberais nas elites brasileiras. Elas são entidades civis, sem fins lucrativos e vinculação partidária, que consideram os princípios liberais como os mais eficazes para orientar as medidas de promoção do bem-estar moral e material do indivíduo (GROS, 2004).

Segundo Denise Gros (2004, p.145), os recursos, para financiamento das atividades e manutenção dos Institutos Liberais, “vêm de doações de empresas associadas como ‘mantenedoras’, que incluem alguns dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros em operação no país”, entre os quais estão: Shell do Brasil, Xerox do Brasil, Hoescht do Brasil, Dow Química, Gessy Lever, Nestlé, Carrefour, Mesbla, Grupo Fenícia, Indústrias Villares, Bradesco, Banco de Crédito Nacional, Banco Noroeste, Citibank e Banco de Boston.

Os Institutos Liberais defendem uma reforma do Estado, baseando-se principalmente nos princípios liberais defendidos pela Escola Austríaca de Economia, concentrando-se no autor Friedrich Hayek, como ressalta Gros (2004, p.146): “Seguindo à risca o conceito de liberdade econômica de Hayek, os Institutos Liberais consideram o planejamento e a regulação econômica interferências do Estado que ameaçam a liberdade de mercado”.

Entre os princípios, da Escola Austríaca de Economia, que guiam os Institutos Liberais, está o direito à liberdade, definida como o fundamento do Estado de direito, que segundo Gros (2005, p.146):

“deve garantir, fundamentalmente, a primazia da liberdade econômica sobre as exigências legais e administrativas discriminatórias, ou seja, regulamentação e interferência estatais, sobretudo na esfera das relações de trabalho; o reconhecimento da propriedade privada como condição para a liberdade econômica e política; e, fundamentalmente, a supremacia do mercado para dirimir as diferenças e premiar os vitoriosos com lucro.”

Podemos relacionar a ideologia neoliberal seguida pelos Institutos Liberais com a que é apresentada e proposta por Milton Friedman, em seu livro “Capitalismo e Liberdade”.

Tanto os Institutos Liberais, quanto Friedman se mostram contra Estados socialistas e totalitaristas e defendem a idéia da economia de mercado. Para Friedman (1962, p.18): “ a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo, e , portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção de liberdade política.” Ou seja, eles defendem a idéia de que o planejamento econômico interfere diretamente na liberdade individual, o que para os liberais é algo fundamental para uma sociedade livre.

Ainda para Friedman (1977, p.19):

“O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade econômica, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, desse, modo, permite que um controle o outro.”

Entende-se aqui por liberdade econômica como aquela em que o Estado intervém minimamente ou não intervém de forma nenhuma, de forma que a economia baseie-se na economia de livre mercado. Já liberdade política pode-se entender como a liberdade individual que é concedida aos cidadãos de um país pelo seu governo. A Alemanha nazista e a Itália fascista são exemplos de sociedades politicamente fechadas.

Para Friedman(1977, p.38), o tipo de Estado ideal seria aquele que: “ mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição;”. Entre outras palavras o Estado deve atuar apenas como regulador, de forma que ele estimule o desenvolvimento econômico através da livre concorrência entre as empresas.

Fixando-se nessas idéias de economia baseada em um mercado livre e no estado que intervenha minimamente, que os Institutos Liberais vão propor uma reforma de governo, no sentido de alterar a legislação trabalhista e as funções sociais do Estado. Funções essas que podem ser definidas como o fornecimento dos serviços de saúde, educação e previdência social (GROS, 2004).

Para os defensores da política neoliberal, é fundamental que para se garantir a liberalização da economia e a soberania do mercado, seja necessário uma igualdade das partes contratantes para a negociação das relações de trabalho, de forma que o Estado não intervenha nessa negociação. Sendo assim, é por essa razão, que “ a redefinição da legislação sobre as relações de trabalho é assunto de maior importância no projeto dos Institutos Liberais.” (GROS, 2004, p. 150)

Assim, o desafio dos Institutos Liberais seria à implantação de um modelo sem intervenções estatais, baseado na economia de mercado e na liberdade de negociação entre as partes, de forma que fosse necessário a superação dos princípios daqueles que se opõem à modernização das relações trabalhistas e à implantação de um modelo não-intervencionista.

Quanto às funções sociais do Estado – Previdência, Saúde, e Educação, os Institutos Liberais defendem a privatização das mesmas, com objetivo de: reduzir o gasto público, reorientar os recursos para investimentos sociais e enfatizar a capacitação para o trabalho no sentido de incorporar a população mais pobre ao processo econômico (GROS, 2004).

Na área da previdência pública, os Institutos Liberais defendem a idéia de que esse sistema é falho, pois: favorece fraudes; é responsável por políticas clientelísticas; desestimula a poupança; e, por ser estatal, exige que um grande número de funcionários sejam contratados para administrá-lo. Sendo assim, a solução apresentada pelos Institutos baseia-se na “liquidação do princípio de repartição e propõe a implantação de um sistema de capitalização sob a iniciativa privada”(GROS, 2004, p.153)

Já na área da saúde, os institutos propõem a retirada do Estado como prestador de serviços médicos, transferindo-a para o setor privado. Segundo Gros(2004, p.153), essa proposta:

“privilegia a competição entre os prestadores de serviço, prevê a universalidade de tratamento a toda a população, atribuindo ao Estado as funções de definição da regulamentação básica e de controle de qualidade dos serviços e propõe reduzir ao mínimo a regulamentação dos setores envolvidos (provedores, seguradores, indústria farmacêutica e organizações médicas).

Por fim, na área da educação, os liberais apresentam a proposta de que o Estado deve se concentrar apenas na pré-escola e na escola básica, de forma que elas sejam subsidiadas. Quanto às universidades, estas deveriam ser pagas, cabendo ao Estado o dever de fornecer bolsas de estudo e crédito educativo(GROS, 2004).

Vale lembrar que os Institutos Liberais e o próprio campo teórico neoliberal reconhecem que, a lógica do mercado favorece a produção da pobreza, e, por isso, aceitam a idéia de que o Estado ajude as populações extremamente carentes, de forma que esta seja realizada pelo setor privado e financiada pelo Estado. Um exemplo disso são as Organizações Não-Governamentais, que atuam em várias localidades no Brasil, tem como foco as áreas de periferia das cidades.

### 2.1.1 Estratégias de ação dos Institutos Liberais

Como já foi dito anteriormente, o principal objetivo dos Institutos Liberais é divulgar os preceitos neoliberais. Para atingir seu objetivo, os institutos possuem duas formas de atuação: a primeira delas busca uma doutrinação ideológica das elites brasileiras e de pessoas consideradas formadores de opinião, como políticos, jornalistas, militares, universitários, entre outros; a segunda consiste na formulação de “estudos e propostas de projetos de políticas públicas de cunho liberal” (GROS, 2004, p.145).

Assim, desde a sua criação na década de 1980, os institutos dedicam-se à divulgação dos princípios neoliberais, através de uma espécie propaganda “neoliberal”, realizada de diversas formas, mas sempre dirigida à um público selecionado.

Nos seus primeiros anos, os institutos empregaram-se, principalmente, à publicação de livros, no Brasil, de pensadores considerados fundamentais para a compreensão da doutrina neoliberal. Num primeiro momento foram publicados livros de autores que são considerados clássicos do pensamento liberal, no qual podem ser citados: Friedrich Hayek, Ludwig Von Mises, e E. Bohm-Bawerk.(GROS, 2004)

No segundo momento, houve a publicação de livros que consolidaram o movimento neoliberal norte-americano, cujo autores podemos destacar: Eamonn Butler, Frank Knight, Henry Hazlitt e Ayn Rand. Tais livros são divulgados pelos Institutos Liberais através de vendas diretas ao público, promoção de palestras e cursos, ou ainda por meio de doações à instituições de ensino.(GROS, 2004)

Outra atividade de divulgação do neoliberalismo feita pelos institutos, é o oferecimento de cursos à públicos selecionados. Como relata Gros (apud 2004, p.147): “São oferecidos periodicamente cursos sobre a doutrina neoliberal, preparados especialmente para empresas e ministrados por professores universitários das áreas de filosofia, política e economia.”

No campo jurídico, os institutos dedicaram-se, principalmente, à disseminação da teoria neoliberal entre aqueles que atuam na aplicação das leis. Essa área tem sido privilegiada pelos Institutos Liberais, desde o debate sobre a nova Constituição do final da década de 1980, com o objetivo de haver uma reforma na Constituição brasileira, a partir de uma proposta liberal elaborada pelos institutos no documento “Diretrizes para a revisão constitucional” lançado no ano de 1993 (GROS, 2004).

A elite militar também recebeu atenção especial dos Institutos Liberais na década de 1990, já que para os institutos eles representam um grupo formador de opinião. Assim, Gros (2004, p.148) relata que “representantes dos institutos passaram a ministrar palestras nos cursos de formação de oficiais da Escola de Comando do Estado Maior do Exército, na Escola Superior de Guerra e no Clube Militar.

Os meios de comunicação e acadêmicos também foram alvos dos Institutos Liberais. Ambos foram estimulados pelos institutos através da entrega de prêmios a trabalhos e melhores artigos escritos em defesa da causa neoliberal (GROS, 2004).

## 2.2 O Consenso de Washington e o início do Neoliberalismo

Diferente do ocorrido na Europa e nos Estados Unidos, que viveram, entre 1950 e 1973, a Era de Ouro do capitalismo, cujo período houve aumento da produtividade, dos salários e da produção, a América Latina passou por uma fase chamada a Era do Desenvolvimentismo, em que houve um aumento da industrialização como base da economia. No Brasil, esse período ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro” (FIORI, 1996).

Mas, a era do desenvolvimentismo foi abalada por fatores internacionais, no final da década de 1970 e início da década de 1980, entre os quais estão: o aumento do preço do petróleo, aumentos das taxas de juros norte-americanas e a que dos preços das *commodities* no mercado internacional. Todos esse fatores aliados à uma recessão econômica mundial, fizeram com que a dívida externa dos países latino-americanos chegassem a níveis estratosféricos (FIORI, 1996).

Assim, a partir de 1982, as políticas econômicas latino-americanas ficaram voltadas exclusivamente a renegociação da dívida externa. No caso do Brasil, o modelo econômico era altamente dependente do financiamento do capital externo, isso fez com que o sistema financeiro internacional só fizesse empréstimos sobre condições específicas, devido à elevada dívida externa acumulada (FIORI, 1996).

Com isso, para que as medidas político-econômicas neoliberais fossem implantadas na América Latina, com o objetivo de “salvar” a economia desses países, reuniram-se em Washington, convocados pelo *Institute for International Economics*, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin Americ Adjustment: Howe Much has Happened?*, visava a avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina”(CHOSSUDOVSKY,1998). Essa reunião ficou conhecida pelo nome de “Consenso de Washington”, cujo autor é o economista inglês John Willianson, que era diretor do instituto promotor do encontro. Após o final do encontro, foram decretadas regras universais que seriam implantadas pelas medidas neoliberais:

“Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; Taxa de câmbio competitiva; Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; Privatização, com a venda de empresas estatais; Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas” (NEGRÃO,1998, p.41).

O neoliberalismo teve seu início no Brasil em 1990, através do Plano Collor, que, segundo Chossudovsky, “foi um estranho coquetel combinando uma política monetária intervencionista com a privatização ao estilo FMI, a liberalização do comércio e uma taxa de câmbio flutuante.” Para Chossudovsky “havia um déficit orçamentário de 31 bilhões de dólares a ser eliminado e 360 mil funcionários públicos federais a serem demitidos”, que só não perderam seu emprego porque o Congresso não aprovou uma emenda constitucional. Numa tentativa ingênua monetarista de controlar a inflação, a então Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello congelou as contas da poupança. Essas medidas foram catastróficas, já que o “desemprego atingiu níveis recordes e as pequenas empresas tiveram de fechar suas portas devido ao congelamento dos depósitos bancários, acarretando 200 mil demissões só em 1990”.

Podemos considerar o Plano Real, implantado em durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, como o auge das reformas neoliberais no Brasil. O programa privatização dos serviços públicos, como o de telecomunicações e de energia elétrica, ocorreu em ritmo acelerado, sendo eles vendidos a preços de barganha ao capital estrangeiro(CHOSSUDOVSKY,1998).

Uma das conseqüências do Plano Real foi a consolidação da informalização do mercado de trabalho brasileiro. Até 1995, quanto mais o numero de trabalhadores mercado formal de trabalho aumentava, o numero destes no mercado informal diminuía, contudo a lógica mudou. Por cerca de 1997 , essa tendência no mercado de trabalho brasileiro mudou, fazendo com que a criação de novos empregos com carteira assinada, não alterasse o ritmo de crescimento acelera da informalidade no mercado de trabalho brasileiro.

Alem do aumento do mercado de trabalho informal no Brasil, o Plano Real contribuiu para o aumento da flexibilização das relações de trabalho do mercado. A terceirização e a subcontratação são exemplos da flexibilização das relações de trabalho, sendo que elas

contribuem para uma relação de complementaridade entre grandes empresas e pequenas empresas, de forma que as pequenas empresas fornecem para as grandes empresas vários tipos de produtos, incluindo força de trabalho.

Segundo um levantamento feito pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, dos 6,9 milhões de postos de trabalhos abertos pelo setor privado no período 1995-2005, 2,3 milhões foram ocupados por trabalhadores terceirizados. Em 1995 haviam 1,8 milhões de terceirizados formais, em dez anos esse número cresceu 127%, atingindo a marca de 4,1 milhões de terceirizados formais.

Essa mudança nas relações de trabalho tornou a classe trabalhadora brasileira mais vulnerável às regras do mercado, diminuindo o potencial de negociação do trabalhador com as empresas, e sobretudo, enfraquecendo os sindicatos, principalmente os filiados à Central Única dos Trabalhadores(CUT), que certa vez teve de negociar uma redução de salário dos trabalhadores de uma empresa(?), em troca de um ano de contrato, a fim de que estes trabalhadores não fossem demitidos(CARDOSO, 2001).

### **3. A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E SEUS EFEITOS NO BRASIL**

A partir da década de 1970, houve uma modificação substancial na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), no qual podemos destacar dois vetores, do centro capitalista mundial, que influenciaram nesse processo. Segundo Pochmann (2001, p.27), o primeiro vetor “está associado ao processo de reestruturação empresarial, acompanhado da maturação de uma nova revolução tecnológica”, e o segundo vetor “está relacionado à expansão dos Investimentos Diretos no Exterior (IDE)”.

Com o fortalecimento da concorrência intercapitalista, houve e tem havido uma maior concentração e centralização dos capitais, tanto no setor bancário como no financeiro, concedendo um papel mais importante às grandes corporações transnacionais neste processo. Na verdade a maior parte da produção mundial fica concentrada em tais corporações, no qual Pochmann(2001, p.27) ressalta:

“Na realidade, conformam-se oligopólios mundiais, responsáveis pela dominação nos principais mercados, como é o caso no setor de computadores com apenas 10 empresas controlando 70% da produção mundial, ou de 10 empresas que respondem por 82% da produção de automóveis.”

Dessa forma, as corporações transnacionais assumem maior papel nos sistemas produtivos nacionais, e ganham maior dimensão no comércio internacional. Nas últimas décadas, o comércio entre matrizes e filiais dessas grandes corporações tem superado o comércio entre nações, já que, “com a crescente internacionalização do capital, um mesmo grupo econômico atua em diversas nações simultaneamente, indicando que o comércio internacional tende a ser mais entre empresas do que entre nações (POCHMANN, 2001, p.28).”

Com a expansão de empresas multinacionais durante a década de 1970, devido ao aumento do preço do petróleo e das matérias-primas, houve uma ampliação dos investimentos na construção de filiais nas economias periféricas, que proporcionou um reforço no processo de industrialização destes países. Além disso, para Pochmann (2001, p.29), este processo :

“constituiu uma nova alternativa de multicolonialismo renovado, como forma de construção de vantagem competitiva por parte das grandes empresas. Assim, as chamadas empresas multinacionais transformaram-se em corporações transnacionais, ainda maiores e mais poderosas, com capacidade de considerar o mundo inteiro como espaço relevante para suas decisões de investimento e produção, provocando, por consequência, a reorganização do processo produtivo em grandes extensões territoriais, sobrepondo-se, inclusive, a jurisdições nacionais.”

Devido ao crescimento das grandes corporações transnacionais em todo o mundo, houve uma reformulação dos processos de acumulação de capitais a partir da década de 1980, de forma que estas corporações buscam explorar as oportunidades mais lucrativas de investimento, apoiando-se em governos que lhes concebem facilidades, como rebaixamento de custos e de financiamento domésticos subsidiados (POCHMANN, 2001).

Pochmann (2001, p.30) ressalta que, durante a década de 1990 :

“a estratégia marcante das corporações transnacionais foi a de procurar permanecer o mais livre possível dos investimentos de longa duração, com o intuito de explorar rapidamente as oportunidades lucrativas de investimento, abrindo e fechando quantas plantas produtivas fossem necessárias.”

Como forma de atrair as grandes corporações transnacionais, os países periféricos acabam por oferecer condições mais satisfatórias para a instalação das mesmas em seus países. Geralmente, são condições impostas por agências como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que provocam nesses países o rebaixamento do custo do trabalho – criação de contrato especiais de trabalho, ampliação da jornada de trabalho, entre outros –, desregulamentação do mercado de trabalho e piora na distribuição de renda (POCHMANN, 2001). Vale ressaltar que, em alguns países latino-americanos essas condições foram impostas após o Consenso de Washington.

Sendo assim, os países periféricos tiveram sua composição de emprego alterada, de forma que o deslocamento das indústrias, pertencentes às corporações transnacionais, tem favorecido a produção de bens que são quase “commodities”, com alta escala de produção, preço unitário reduzido, simplificação tecnológica e rotinização das tarefas dos trabalhadores (POCHMANN, 2001).

Apesar disso, a mão-de-obra presente neste processo de produção tem menor custo de trabalho e possui as mais flexíveis e precárias condições de trabalho possíveis, impostas pelo seu empregador (POCHMANN, 2001). Com isso as empresas ampliam seus lucros, aumentando sua capacidade de produção, diminuindo os custos da produção.

Como conseqüência da nova Divisão Internacional do Trabalho para os países periféricos, temos como exemplo o ano de 1997, no qual de 10 ocupações sem qualificações, 8 eram de países de baixa renda. Em contrapartida de cada 10 ocupações com qualificações no mundo, somente 3 pertenciam à países de baixa renda. Além disso, a nova DIT gerou também uma elevação no grau de desigualdade nos países, em que, na década de 1990, a diferença entre a renda dos 10% mais ricos em relação aos 20% mais pobres foi de quase 6 vezes (5,8 vezes, de acordo com o BIRD) (POCHMANN, 2001).

Como já foi dito no capítulo anterior, o Brasil teve sua “era de ouro” entre os anos de 1950 e 1980, anos em que o país teve um impulso à sua industrialização, com taxa média anual de expansão de quase 7%.

E foi através dessa ascensão econômica brasileira, por meio da combinação do projeto de industrialização com forte expansão estatal e ampla internacionalização do mercado interno, que o país participou significativamente da economia mundial, sendo responsável por 3,5% desta em 1980. Se o Brasil continuasse nesse ritmo de crescimento, estaria representando, em 1999, 5,1% da economia mundial, entretanto isto não ocorreu.

A partir da década de 1980, a economia brasileira começou a declinar, com expansão anual média de 2,1%, segundo Pochmann (2001, p.36) “abaixo do comportamento da economia mundial, das nações periféricas e do centro do capitalismo mundial.” E desde a década de 1990 o Brasil conta com um novo modelo econômico, voltado para maior integração internacional, fazendo com que o país representasse 2,8% da economia mundial, em 1999, regredindo às décadas anteriores.

Com relação a *renda per capita*, o Brasil apresentou uma forte elevação desta durante seu período de industrialização, sendo esta equivalente a 36,1% da *renda per capita* do centro capitalista, em 1980. Se o país mantivesse a média de crescimento, esta renda seria equivalente a 42% dos países ricos, em 2000. Porém, devido a crise pós-1980, o crescimento da *renda per capita* do Brasil se estagnou, o que fez com que a renda média do brasileiro, em 2000, fosse de 27% da renda média dos países ricos (POCHMANN, 2001).

Sobre a questão do emprego, até 1980, o Brasil representava 4,1% do volume mundial de postos de trabalho. Contudo, a partir de 1980 essa taxa vem retroagindo, sendo que em 1999 o Brasil possuía 3,1% da quantidade de empregos industriais no mundo, o que representava, para Pochmann (2001, p.39): “uma situação próxima à de 1940, logo no início do processo de industrialização nacional.”

Ainda sobre o emprego, dessa vez sobre a geração de postos de trabalho qualificados, o Brasil apresentou, entre 1990 e 1998, uma redução de 12% neste tipo de emprego, enquanto que os postos de trabalho não-qualificados apresentaram um crescimento de 14,2% no mesmo período, o que aponta para a forte precarização das condições de vida. Com relação ao setor de pesquisa e tecnologia, o Brasil apresentou uma leve elevação nos postos de trabalho dessa área de 0,66%, entre 1980 e 1996, sendo esse crescimento bem abaixo de países como “Cingapura (6,8%), Hong Kong (7,2%), Coréia (8,3%) e Venezuela (1,4%) (POCHMANN apud OIT, 2001).

Pochmann(2001, p.40) resume a participação do Brasil na nova Divisão Internacional do Trabalho da seguinte forma:

“Diante da difusão de uma nova Divisão Internacional do Trabalho nas duas últimas décadas, o Brasil experimenta uma situação de retrocesso. A economia nacional perdeu sua tradicional dinâmica de alto crescimento econômico sustentado na ampla geração de vagas, restando atualmente a medíocre variação da renda nacional, com a insuficiente criação de postos de trabalho – na maioria das vezes, de baixa qualificação – para todos que desejam trabalhar. Os empregos qualificados foram reduzidos, em parte, pela ampliação das importações, pela ausência de novos investimentos e pela reformulação do setor público, além de pelas baixas taxas de expansão do produto.

Nesse cenário de aprofundamento da globalização, dificulta ainda mais a situação dos empregos para os brasileiros. Diante da nova Divisão Internacional do Trabalho, o Brasil precisa rever urgentemente sua estratégia de integração passiva e subordinada à economia mundial, sob pena de continuar regredindo ainda mais nas posições anteriormente conquistadas pelo trabalho.”

Ou seja, o projeto neoliberal, que era visto por grandes economistas, empresários e políticos como o “salvador” de toda a crise pela qual países, como o Brasil, estavam passando, não os ajudou a superá-las. Na verdade, o Neoliberalismo, ajudou a aumentar a concentração de renda, enriquecendo grandes corporações transnacionais, às custas da desregulamentação do mercado de trabalho, gerando desemprego e precarização das relações de trabalho. Tudo isso contribuiu para que os sindicatos, que defendiam os interesses da classe trabalhadora, se enfraquecessem, de tal forma que os trabalhadores estavam submetidos as condições impostas por essas empresas, já que não podiam negociar com estas da mesma forma que negociavam quando os sindicatos possuíam sua força. Apesar de a constituição brasileira de 1988 ter um caráter social-democrata, como já foi dito antes, que apoiava a formação de sindicatos, estes foram perdendo força devido as reformas neoliberais feitas no Brasil, como a privatização de indústrias estatais, que gerou desemprego, e ajudou a formar um exército industrial de reserva. Esse exército industrial de reserva diminui a capacidade de negociação dos sindicatos, pois mesmo que um trabalhador seja demitido, existe outro para ocupar sua vaga.

### 3.1 Desemprego, precarização das relações de trabalho e a crise dos sindicatos

Na década de 1990, o desemprego se tornou umas das principais características da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira. Com a implantação das reformas neoliberais feitas pelos ex-presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, como a privatização de indústrias e a desregulamentação do mercado trabalho, já que as empresas possuíam mais liberdade para atuação, o desemprego nessa década atingiu taxas altíssimas, superiores a da década de 1980. Vale lembrar também da revolução

tecnológica nas indústrias, que fez com que um grande número de trabalhadores fossem demitidos, sem haver a possibilidade de reintegração no mesmo emprego, além de diminuir a criação de mais postos de trabalho.

Dessa forma, temos que entre 1989 e 1998, “a população ocupada cresceu 14,6%, enquanto a PEA total aumentou 22,6%, o que influenciou diretamente o aumento do desemprego no conjunto do país, estimado em 280,3%” (POCHMANN, 2001, p.103). Em outras palavras, podemos dizer que a epidemia de desemprego na década de 1990 ocorreu por conta da menor evolução dos postos de trabalho diante da expansão da PEA.

Apenas 62,5% das pessoas que se inseriram no mercado de trabalho, na década de 1990, conseguiram um emprego ou posto de trabalho. Em números absolutos, temos que dos 13,6 milhões de pessoas que se inseriram no mercado de trabalho, no período já citado, somente 8,5 milhões obtiveram acesso à uma vaga de emprego, gerando 5,1 milhões de desempregados no país (POCHMANN, 2001).

Comparando com a década de 1980, temos que durante essa década, 96,1% das pessoas que ingressaram no mercado de trabalho conseguiram um emprego, um quadro muito diferente do ocorrido na década de 1990. Pochmann (2001, p.103) ainda ressalta que, durante a década de 1990 : “Na média, a cada ano, 1,5 milhão de pessoas foram adicionalmente incorporadas ao mercado de trabalho, mas apenas 943 mil pessoas tiveram acesso à ocupação. Ainda em termos anuais, nota-se que a década de 1990 contribuiu para o registro adicional de 567 mil desempregados (média anual).”

Essa taxa de desemprego foi mais expressiva em pessoas que possuíam escolaridade entre 4 a 7 anos do que em pessoas que tinham menos de 1 ano de escolaridade. Pochmann (2001, p.105) nos esclarece essa situação :

“Essa situação possivelmente esteja revelando a natureza das ocupações que têm sido criadas mais recentemente no país, muito mais vinculadas às formas de produção e reprodução de estratégias de sobrevivência do que a postos de trabalho de qualidade associados ao novo paradigma tecnológico. Por estar mais associadas ao baixo rendimento e a formas precárias de trabalho, tendem a ser justamente os trabalhadores com menor escolaridade os principais exploradores dessas oportunidades ocupacionais ou, de maneira mais precisa, categorias disfarçadas de desemprego.”

Ainda sobre a questão da escolaridade, verifica-se que trabalhadores com 8 ou mais de escolaridade, em 1998, possuíam a taxa de desemprego 2,2 vezes maior do que a de trabalhadores com baixa escolaridade. Assim, o desemprego da década de 1990 caracterizava-se mais por ser vinculado à maior escolaridade e à capacitação técnica, do que a empregabilidade da mão de obra com baixa qualificação. Segundo Pochmann (2001, p.106):

“Para as pessoas com menos de 1 ano de escolaridade, a taxa de desemprego foi, em 1998, 49% inferior à taxa nacional, enquanto para aqueles com mais escolaridade foi 13,8% superior.”. Talvez isso deve-se ao fato de que um grande número de pessoas com baixa escolaridade recorram ao mercado informal de trabalho em busca de empregos como forma de sobrevivência.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no período de 1989 e 1998, a variação do desemprego para os trabalhadores que possuíam escolaridade de 8 ou mais foi de 620,0%, e para os que possuíam de 4 a 7 anos de escolaridade foi de 268,7%, enquanto que para os trabalhadores de 1 a 3 anos de escolaridade essa variação chegou a 39,7%. A variação do desemprego total do período supracitado foi de 166,7%.

Não é possível atribuir uma única causa ou motivo para o quadro de desemprego vivido pelos trabalhadores brasileiros, na década de 1990. Na verdade, existem dois pontos que ajudam a explicar essa expansão do desemprego, que segundo Pochmann (2001, p. 111) são: “as baixas taxas de expansão da economia brasileira nas duas últimas décadas e a condução do novo modelo econômico desde 1990.”

Marcio Pochmann (2001, p.111-112) ainda ressalta que:

“uma vez adotados os pressupostos de que o avanço tecnológico no Brasil ainda não se encontra plenamente difundido em todo o país, mas circunscrito fundamentalmente às grandes empresas, que são responsáveis por menos de 1/3 da ocupação total, e de que os fatores conjunturais, sazonais e friccionais permitem explicar, de forma pontual, parcial e localizadamente, o problema do desemprego no Brasil, optou-se por não os levar aqui em consideração. Interessa tratar, prioritariamente, dos elementos fundantes do desemprego em massa no país, sobretudo porque se entende que são de natureza distinta das causas do desemprego das economias avançadas. Isso é importante porque uma parcela da publicação especializada no Brasil equivoca-se na explicação sobre as taxas mais altas de desempregados no período recente.”

Dessa forma, desde que o Brasil interrompeu o seu projeto de industrialização, que ocorreu entre os anos de 1930 e 1970, o Brasil perdeu seu dinamismo, do ponto de vista econômico. Assim, Pochmann (2001, p.112) afirma que três fatores influenciaram nessa perda de dinamismo econômico, nas décadas de 1980 e 1990: “a estabilidade da renda per capita em torno do valor de 1980; a redução de emprego assalariado formal (desassalariamento); e a permanência de baixas taxas de investimento.”

Nos anos de 1980 e 1990, a economia do Brasil registrou grandes instabilidades, com oscilações de produção a todo momento, “que podem ser constatadas tanto nos três períodos de recessão (81-83, 90-92 e 98-99) nas duas fases de recuperação da produção (1984-86 e 93-

97), bem como nos anos de estagnação (87-89)” (POCHMANN, 2001, p.114). Com isso, tem-se que, em 1998, segundo o IBGE, o número de pessoas desempregadas chegou a 7 milhões, enquanto que na década de 1980 esse número não passou de dois milhões (POCHMANN, 2001).

A partir da década de 1990, as reformas econômicas de cunho neoliberal passaram a ganhar força no Brasil, abrindo caminho para a reestruturação produtiva nacional. De forma que esse novo rumo tomado pela economia brasileira é uma causa explicativa para o agravamento do desemprego no Brasil. Esse novo caminho tomado pela economia brasileira foi marcado pela implementação de um novo projeto econômico de inserção competitiva no mercado mundial, que segundo Pochmann (2001, p.114) pode ser identificado pelas seguintes ações governamentais direcionadas :

“à menor diferenciação possível entre mercados interno e externo; à modernização de grandes empresas com fortes ligações no comércio internacional; à crescente dependência econômica e financeira do exterior e à passagem do Estado empreendedor para o estágio de regulador e focalizador das ações sociais, sendo a privatização uma oportunidade de formação de grandes grupos econômicos nacionais ou associados ao capital estrangeiro.”

Ainda para Pochmann(2001, p.114), as principais evidências do modelo econômico, atuante desde 1990, são: “a nova composição da demanda agregada; a reinserção externa; a reestruturação das grandes empresas; e a reformulação do setor público.”

A nova composição da demanda agregada foi formada: pela revisão do papel do Estado na economia, de forma que o Estado passou a racionalizar os gastos públicos e a privatizar empresas estatais (tendência que ganha força com o governo de Fernando Henrique Cardoso); pela desregulação financeira, que gerou endividamento externo e maior dependência de investimentos financeiros de outros países; pela desregulação econômica, causada pela fusão de grandes empresas produtivas e financeiras; e por fim, pela estabilização monetária (POCHMANN, 2001). Essas modificações feitas na economia brasileira não se mostraram suficientes para permitir um desenvolvimento socioeconômico maior durante a década de 1990, assim como também não possibilitou uma geração maior de novos empregos.

As importações de produtos passaram a ser uma forte tendência da economia brasileira, a partir de 1992, de tal forma que nossa produção industrial foi sendo substituída pela importação de produtos. Este fato aliado à estabilidade monetária pós-1994 e ao ingresso e recursos externos, fez com que o Produto Interno Bruto (PIB) sofresse uma nova recomposição, sendo que o setor secundário da economia foi perdendo sua participação

relativa na economia, em contrapartida, o setor terciário obteve um aumento na participação da produção nacional (POCHMANN, 2001).

Como o Brasil passou a década de 1980 fechado economicamente, para o pagamento da dívida externa, na década de 1990 o Brasil iniciou uma fase de reinserção externa na economia, marcada pela desregulamentação econômica, abertura comercial, e formação do bloco econômico chamado Mercosul. Para que isso ocorresse, o Brasil, como já foi dito anteriormente, entrou em um programa de inserção no mercado mundial, porém nesse momento havia um cenário de câmbio, juros e abertura comercial desfavorável. Isso fez com que o crescimento econômico esperado não fosse alcançado.

.Com relação a reestruturação das grandes empresas, temos que essa reestruturação foi marcada por novos programas de gestão de produção, de reorganização do trabalho e de inovação tecnológica. E como havia uma tendência ao à substituição da produção doméstica pelas importações, houve uma substituição de produtos intermediários e de bens de capital produzidos no Brasil, por bens e componentes importados. Sendo assim, havia um comprometimento da produção nacional, de forma que o aumento da produção interna ajudou a elevar o nível de importações e não o de empregos.

Ainda sobre esse assunto, Pochmann (2001, p.118), diz que:

“Entre as décadas de 1980 e 1990, por exemplo, somente as empresas com menos de 10 empregados aumentaram continuamente a sua participação relativa no total de emprego formais, pois as demais empresas terminaram por adotar, de maneira mais generalizada, os processos de terceirização, redução de hierarquias funcionais, diminuição do núcleo duro de empregados, entre outros.”

Na década de 1990 havia uma intenção governamental de “enxugar” funcionários públicos, através de programas como a demissão voluntária, fechamento de organismos estatais, privatizações, e de aprovações de reformas administrativas. Estima-se que 700 mil empregos públicos foram passíveis de destruição pela criação da Lei Camata (promulgada em 27 de março de 1995, ela disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público), e que 250 mil postos de trabalho tenham sido extintos do estado de São Paulo (POCHMANN, 2001).

Assim, Pochmann (2001, p.120) conclui que:

“Apesar da elevação das receitas públicas como proporção do PIB, o desajuste das finanças públicas se manteve grave, especialmente a partir de 1994, com estabilização monetária. As altas taxas de juros e o endividamento público se transformaram nos principais motivos geradores da desorganização recente das finanças públicas no Brasil. A dívida pública, por exemplo, passou de 155 bilhões de reais em 1994 para além de 500 bilhões de reais, em 1999.”

Outro fator que agravou a situação do emprego no Brasil foi o processo de flexibilização das relações trabalhistas, que acompanhou as reformas neoliberais aqui implantadas. Isso fez com que aumentasse o número de subempregos, trabalhadores no mercado informal, e precarizasse as relações de trabalho.

Desde a década de 1980, com revolução tecnológica, que abriu espaço para a rápida automação das indústrias, e a crise das finanças estatais, fez com que uma formação acadêmica não fosse garantia de emprego, e ainda proporcionou a rápida perda de valor das qualificações do trabalhador. A partir daí o trabalhador que objetivasse um bom emprego, deveria ser “superqualificado”, aprender diversas funções ao mesmo tempo (KURZ, 1999)

Robert Kurz, ainda ressalta que:

“Nesse processo social, uma parte crescente da intelectualidade acadêmica foi degradada. O “eterno estudante”, o estudante de matrícula trancada que tira seu sustento fazendo bicos em atividades menores, a estudante de literatura inglesa ao 30 anos desempregada, com seu inútil diploma de doutora, esses casos não são mais raridade. Em todo o mundo ocidental, o taxista graduado em filosofia tornou-se o emblema de uma carreira social negativa. Formou-se um novo círculo, bem mais abrangente do que a antiga boêmia. Historiadores diplomados trabalham em fábricas de pão de mel, professoras desempregadas tentam a vida como *babysitter*, juristas supérfluos vendem produtos culturais indianos. Muitas pessoas com passado intelectual arrastam-se vida afora, com seus 30, 40 anos de idade, em projetos intelectuais difusos, semi-estudantis, e flutuam em suas atividades entre o emprego de entregador de mercadorias, o jornalismo de ocasião e experiências artísticas improdutivas.” (KURZ, 1999, p. 1)

Em outras palavras, o trabalhador, no dito popular, “se vira como pode”. Além disso, essa é uma boa explicação para o desemprego, durante a década de 1990, atingir em maior parte os trabalhadores com mais escolaridade, já que são necessárias diversas qualificações para um trabalhador conseguir um determinado posto de trabalho.

A flexibilização funciona, através das reformas neoliberais, como um instrumento para reduzir os custos de produção das empresas a qualquer preço. Dessa forma, as jornadas de trabalho padronizadas são suprimidas, não no interesse dos trabalhadores, e sim conforme o volume de encomendas feitas à empresa, em turnos diferentes (KURZ, 1999).

Com isso os trabalhadores passam a ser “superexplorados” pelo grande capital, já que necessitam de emprego para sobreviverem. Assim, Kurz (1999, p.2) conclui que :

“os indivíduos flexibilizados pelo capitalismo não são pessoas conscientes e universais, mas pessoas universalmente exploradas e solitárias.[...] Pessoas sem assistência e espoliadas ficam doentes e perdem a motivação. E tornam-se cada vez mais superficiais, dispersas e incompetentes. Isso porque a verdadeira qualificação exige tempo, tempo de que o mercado não dispõe mais. Quanto mais rapidamente mudam as exigências, mais irreal torna-se a qualificação, mais o aprendizado transforma-se num puro consumo de conhecimentos, num mero aterro de dados.”

Assim, o desemprego crescente não é mais caracterizado por conta das crises ou depressões econômicas, ele passa a ser característica e consequência do processo de recuperação econômica brasileira, baseado na reestruturação produtiva, gerando desemprego estrutural. Da mesma forma, os novos postos de trabalho que eram criados tendiam a se dar através de contratos com menos garantias ao trabalhador, como em contratos temporários, ou em trabalhos informais. Com isso, temos que, mesmo em lugares onde a taxa de desemprego diminuía, os salários dos trabalhadores eram reduzidos rapidamente, aumentando a concentração de renda (MATTOS, ?) .

Nos anos de 1990, a área do Brasil mais afetada pelo desemprego estrutural foi a região centro-sul, mas especificamente em São Paulo, a área mais industrializada do país. Segundo Mattos (? , p.4), “em janeiro de 1998, a taxa de desemprego da grande São Paulo foi de 16,6% da População Economicamente Ativa (contra 13,9% em janeiro do ano anterior), segundo a Fundação Seade-Dieese.”E foi nessa região do Brasil onde aconteceram os principais entraves políticos entre sindicatos/trabalhadores e as empresas.

Podemos destacar duas centrais sindicais que atuaram significativamente na década de 1990, ainda que sem a mesma força de “barganha” que possuíam na década anterior. São elas: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical (FS). Vale destacar que a FS afirmou, quase que a todo momento, apoio às reformas neoliberais, enquanto que a CUT possuía uma tendência mais esquerdista (CARDOSO, 2003).

Se compararmos a década de 1980 com a década de 1990, temos que os anos de 1980 foram “anos de ouro” para o sindicalismo brasileiro, já que com taxas de desemprego próximas ao pleno emprego, o poder de “barganha” dos sindicatos aumentava, e seu números de filiados também, tanto que em 1989 a CUT chegou a ter 2 mil sindicatos filiados, representando 8 milhões de trabalhos de diversas áreas de setores produtivos. Porém este quadro muda a partir de 1990, especialmente em 1994 (CARDOSO, 2003) .

A partir de 1990, com o aumento das taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho, os sindicatos foram se enfraquecendo, principalmente no que diz respeito às condições financeiras e às taxas de filiação. Como a maioria dos sindicatos eram financiados pelos próprios filiados, o aumento do desemprego e a redução dos salários fez com que essa contribuição fosse diminuindo, e por conseguinte, isso dificultou a filiação de trabalhadores à esses sindicatos. O estado de São Paulo foi o único estado que teve um aumento na taxa de filiação durante a década de 1990.

Assim as empresas aumentavam seu poder de “barganha”, baseado em ameaças de demissão de funcionários, ou até mesmo de mudar o local de suas plantas produtivas. Dessa forma, Cardoso (2003, p.43) ressalta que:

“As condições favoráveis de alta inflação e baixo desemprego foram substituídas por baixa inflação com alto desemprego e informalização, introduzindo um componente de insegurança no trabalho, no emprego e na renda que reduz severamente a propensão dos trabalhadores à ação coletiva.”

Um exemplo de mobilização sindical a ser citado foi quando, no final do ano 1997, uma indústria de autopeças de São Paulo, chamada SindPeças, anunciou que a manutenção do emprego de 8 mil empregados da fábrica dependeria de uma redução da jornada de trabalho, com redução de salário, feito através de acordos com sindicatos. A partir daí, o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e a Força Sindical entraram em negociações com os empresários do setor. O acordo que foi fechado previa uma redução de salários, assim como da jornada de trabalho, mas sem garantias de que não haveriam funcionários demitidos, sendo que, segundo Mattos (2003, p.7) “demissões foram anunciadas na COFAP na mesma noite em que o acordo era fechado e um mês após o acordo, apenas três empresas haviam aderido”. Mesmo assim, o presidente da Força Sindical considerou o acordo como uma vitória dos trabalhadores (MATTOS, 2003, p.7).

Outro caso parecido com o anterior, aconteceu na região do ABC paulista quando a Volkswagen anunciou que demitiria 10 mil funcionários, caso estes não aceitassem a redução da jornada de trabalho com redução de salários. Diferente das medidas tomadas pela Força Sindical no caso anterior, os metalúrgicos do ABC formaram assembléias e grandes passeatas pela região, em que se mostravam contra à proposta da Volkswagen. Dessa forma, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à Central Única dos Trabalhadores, negociaram com a empresa um acordo que previa:

“estabilidade no emprego por 12 meses, um plano de demissões voluntárias (que acabou por atrair 4 mil empregados), redução nos adicionais pagos por trabalho noturno, taxas maiores por alimentação e transporte e ampliação do “banco de horas”, um mecanismo pelo qual os trabalhadores trabalham menos nas épocas de queda de produção, sem redução salarial, e repõe as horas não trabalhadas no momento de aquecimento de vendas, sem adicionais de horas-extras (MATTOS, 2003, p.7)”

A criação de um “banco de horas” para o trabalhador mostra como o trabalhador sofre cada vez mais com o processo de flexibilização do trabalho. Com as altas taxas de desemprego no Brasil, o principal objetivo dos sindicatos no momento era garantir emprego a seus filiados, mesmo que para isso eles fossem “superexplorados” com a criação de um “banco de horas”.

Ainda assim, em dezembro de 1998 a Volkswagen anunciou a demissão de 7,5 mil funcionários da empresa, e como negociação houve redução de 15% do salário dos trabalhadores e da jornada de trabalho, em troca de 12 meses de estabilidade no emprego. Vale ressaltar que, em 1991, o mesmo sindicato havia negociado um acordo que proibia a empresa de terceirizar produções ou serviços sem consultar os trabalhadores (CARDOSO, 2003).

Como meu último exemplo, citarei o caso da Ford, que em 1998 anunciou a demissão de uma vez só de, aproximadamente, 47 % dos trabalhadores de sua fábrica em São Bernardo do Campo-SP. O sindicato do ABC mostrou-se contra à proposta, e a empresa não queria saber de nenhuma negociação. Com isso aconteceram muitos protesto durante alguns dias, e como medida final, o sindicato do ABC, em janeiro de 1999, todos os trabalhadores foram a fábrica para trabalhar, inclusive os demitidos. Contudo, a Ford impediu que o trabalho começasse, uma prática chamada de “*lockout* induzido”, que é proibido por lei no Brasil. Finalmente em fevereiro de 1999, a empresa voltou atrás, e anunciou um programa de demissão voluntária.

Com essas “vitórias” dos sindicatos, houve efetivo ganho em legitimidade dos sindicatos diante dos trabalhadores, e conseqüentemente, um aumento de 80% na taxa de filiados. Encerro o capítulo com uma citação bem pertinente ao assunto:

“Em termos puramente econômicos, os empregos foram garantidos num momento de crise e crescimento do desemprego. Tudo isso, porém, deu-se às custas de salários e benefícios subsidiários, e de promessas de paz nas relações de trabalho.” (CARDOSO, 2003, p.56)

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início de sua criação, o projeto neoliberal sempre se mostrou contra a política do *Welfare State*, afirmando que esta limitava a liberdade do indivíduo de prosperar perante a sociedade, e procurou combatê-la à todo custo. A oportunidade de se “experimentar” novas políticas econômicas chegou com a crise que assolou o mundo na década de 1970.

Assim, o projeto neoliberal teve como seu primeiro laboratório o Chile, em 1973, na ditadura de Pinochet. Depois, em 1979 chegou à Inglaterra, com eleição da “dama-de-ferro”, Margareth Thatcher; e logo depois nos Estados Unidos, com a eleição de Ronald Reagan, e daí para quase todo o resto do mundo.

Na América latina, ele só seria implantado após o Consenso de Washington, e chegaria ao Brasil em 1990 com o Plano Collor, e teria seu auge com o Plano Real, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

O projeto neoliberal marcou a década de 1990 no Brasil, com uma privatização das empresas estatais em larga escala, desregulamentação do mercado de trabalho, precarização das relações de trabalho, flexibilização de contratos trabalhistas, crise nos sindicatos, e sobretudo aumento das taxas de desemprego e de informalidade no trabalho.

Em todo o mundo, a concentração de renda e o aumento das desigualdades sociais também foram marcas registradas do Neoliberalismo. A onda neoliberal que propunha acabar com a estagnação econômica do Estado Keynesiano, na verdade produziu um crescimento econômico e de qualidade de vida bem inferior do que o *Welfare State* proporcionou em seu período de ouro.

Apesar de não termos experimentado o estado de bem-estar social, o Brasil também teve sua era de ouro, com uma industrialização forte, e com taxas de produção elevadas. Mas todo esse processo de crescimento econômico perdeu forças frente ao projeto neoliberal.

Encerro este Trabalho de Conclusão de Curso com uma fala de Márcio Pochmann que nos mostra o quadro sócio-econômico atual causado pelo Neoliberalismo:

“o processo de globalização foi saudado durante a década de 1990, como o início de uma nova era para a sociedade mundial. Ganhos de produtividade, novas tecnologias e redução das desigualdades eram vistos como equivalentes. [...] Vivemos num mundo de extremos, cada vez mais distantes. Enquanto 28 países com melhor índice de exclusão social (IES) possuem 14,4% da população mundial e participam com 52,1% da renda gerada anualmente; os 60 países com pior IES detêm 35,5% da população mundial e se apropriam de apenas 11,1% da renda produzida no mundo. Destes países com maior incidência da exclusão social, 41 encontram-se na África, 10 na Ásia, 6 na América e 3 na Oceania. Já os países com melhor IES encontram-se na Europa – centro histórico de expansão do capitalismo – ou na América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e em algumas regiões da Ásia – Japão, Cingapura, Coreia do Sul e Israel. O mundo, ao se iniciar o século XXI, não difere na sua essência daquele do final do século XIX.” (POCHMANN, 2004).

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HARVEY, David. O Neoliberalismo. Edições Loyola, 2005. São Paulo.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. A Globalização da Pobreza. Editora Moderna, 1998. Minas Gerais
- NEGRÃO, João José. Para conhecer o Neoliberalismo. Publisher Brasil, 1998. São Paulo.
- POCHMANN, Marcio. O Emprego na Globalização. Editora Boitempo, 2001. São Paulo.
- POCHMANN, Marcio. Atlas da Exclusão Social. Editora Cortez, 2004. São Paulo.
- CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. Editora Ática, 2008. Minas Gerais.
- FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. Editora Artenova S.A., 1977. Rio de Janeiro.
- HAYEK, F.A.. O caminho da servidão. Biblioteca do Exército Editora, 1994. Rio de Janeiro.
- GROS, Denise. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas públicas na nova república. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19 nº 54. p.144-156, fevereiro/2004. São Paulo.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. A década neoliberal. Editora Boitempo, 2003. São Paulo.
- SANTOS, Geórgia Patrícia. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. Pró-Posições, vol. 19, nº 2, p.151-160 . Maio/ago. 2008. São Paulo.
- KURZ, Robert. O homem flexível. Folha de São Paulo, 11 de julho de 1999. São Paulo.
- FIORI, José Luis. O consenso de Washington. Palestra proferida no Centro Cultural Banco do Brasil, 4 de setembro de 1996. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/84852166/Jose-Luis-Fiori-O-Consenso-de-Washington>> Acesso em: 29/11/2011
- MATTOS, Marcelo Badarós. Os sindicatos e o desemprego no Brasil, 2003. Disponível em : <[www.fortunecity.com/meltingpot/peacock/1000/gt18/98gt1821.doc](http://www.fortunecity.com/meltingpot/peacock/1000/gt18/98gt1821.doc)> Acesso em: 05/12/2011